

## RESENHA

**REEVE, C.D.C. *Ação, Contemplação e Felicidade: um ensaio sobre Aristóteles.* Trad. Cecília C. Bartalotti. São Paulo: Loyola, 2014.**

*Tiago Barbosa de Figueiredo<sup>1</sup>*

Considerando a tão extensa discussão acerca dos trabalhos de Aristóteles já existente, C. D. C. Reeve decidiu retomar conceitos centrais da ética aristotélica, que intitulam a sua obra: *Ação, Contemplação e Felicidade: um ensaio sobre Aristóteles*. O autor apresenta uma nova abordagem sobre as noções centrais da filosofia ético-política do Estagirita e busca evidenciar as similaridades entre as noções de virtude prática e virtude teórica, bem como mostrar de que modo elas podem ser reconciliadas na vida feliz. Utilizando-se de todo o *corpus* aristotélico, trazendo novos entendimentos e, também, retomando alguns argumentos já desenvolvidos em análises anteriores, o autor evidencia que o mundo aristotélico é demonstrado e, por si mesmo, apresenta a plena felicidade. “Deus, como sempre, está nos detalhes, mas também no todo que os detalhes constituem”.



C. D. C. Reeve é professor na Universidade da Carolina do Norte, em Chapel Hill. É especialista em Filosofia Grega Antiga, especialmente em Platão e Aristóteles, tendo traduzido diversos diálogos destes. Atualmente realiza estudos sobre a *Metafísica* de Aristóteles. “Ação, Contemplação e Felicidade” foi publicado em 2012 pela Harvard University Press e traduzido por Cecília C. Bartalotti em 2014, pela Edições Loyola, como parte da “Coleção Aristotélica” da editora. Tem como público alvo os estudiosos

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

das Ciências Humanas no geral, estudiosos de Aristóteles e também todos os interessados pelos valores focais do filósofo grego.

Neste livro, Professor Reeve realiza uma análise minuciosa dos textos aristotélicos e, em algumas situações, parece fazê-la de forma exaustiva, a fim de explicitar os aspectos que fundamentam a noção de felicidade e de vida feliz para Aristóteles. Por este caminho, o autor aprofunda-se na Biologia, Epistemologia, Metafísica, Teologia e Filosofia Política do Estagirita. E, assim, apresenta sistematicamente análises sobre os conceitos de alma, verdade, sabedoria teórica e prática e, principalmente, felicidade e vida mais feliz.

O capítulo primeiro, “A transmissão da forma”, aborda os processos implícitos pelos quais a transmissão ocorre. Para o autor, Aristóteles compreende que a percepção e o entendimento ocorrem na transmissão da forma presente no mundo para a alma, enquanto a transmissão da forma, da alma para o mundo, ocorre no desejo e na ação.

Tanto nas coisas formadas pela natureza quanto nas formadas pela arte humana, o que existe em ato ocasiona a formação do que existe em potência, e a potência de toda alma está associada a algo mais divino. Essa potência (*pneuma*) é análoga ao que constitui as estrelas (*aithêr*) e tem um papel na transmissão da alma, que é definida por Aristóteles como “a primeira atualização (*entelecheia*) de um corpo natural que tem vida em potencialidade”. O *pneuma*, portanto, é o fator que traz a vida e a alma para o corpo.

Nesse contexto, Deus é apontado como o primeiro motor, a origem de tudo, sendo ele um tipo de entendimento capaz de realizar variedades de coisas sem precisar de equipamentos ou auxílio. Daí a ideia de que o entendimento em nossa alma é o constituinte divino em nós.

No capítulo segundo, cujo título é “Verdade, ação e alma”, o autor compreende que a ação, contemplação e verdade são controladas pelo desejo, percepção e entendimento. Assim como a organização coletiva de marinheiros é a forma que “anima”, ou seja, dá vida ao barco funcional, nossa alma é a forma que nos movimenta. Por sua vez, ela é movida pelo entendimento ou imaginação de algo agradável ou de alguma outra maneira bom, derivados da percepção (transmissão da forma perceptível ou inteligível do mundo para a alma). Embora o controle que a percepção tem da verdade seja limitado,

quando o objeto percebido é agradável ou doloroso, a alma busca ou evita o que foi percebido.

A ação é, por sua vez, controlada pela percepção, entendimento e desejo. Este último consiste em apetites e emoções de vários tipos, que causam ação por serem uma resposta a aspectos da realidade discernidos como bons ou ruins, favorecedores ou frustradores do fim. Perceber é como um simples anunciar e entender. Já o entendimento é como a percepção visual de coisas inteligíveis, e o entendimento prático controla a ação deliberadamente escolhida. A coisa desejada move-nos e o pensamento prático move-nos, no sentido de que seu ponto inicial é a coisa desejada.

Neste ponto, para solidificar a base de sua tese, o autor defende ser fundamental a verdade na contemplação, que só é assegurada através da virtude da “Sabedoria teórica”, tópico do capítulo terceiro, apontada como a forma mais rigorosa de conhecimento científico.

Sabedoria teórica, por sua vez, pressupõe “Virtude de caráter”, abordada no capítulo quarto. Reeve compreende que a ciência política, da qual a ética é parte, tem como ponto inicial a própria virtude de caráter, já que esta não causa a ação em si, mas assegura o desejo e os sentimentos em nós. Pode-se, desta maneira, agir-se como se deve. Já com relação à ação, a verdade prática é assegurada pela virtude da “Sabedoria prática” (abordada no capítulo quinto) que envolve o conhecimento teórico da ética.

O capítulo sexto, “Imortalizar os seres”, direciona o raciocínio para no tipo de seres que os humanos são, proporcionando as bases metafísicas, retiradas de “Ética a Nicômaco”, para se discutir felicidade. O autor interpreta que devemos viver de acordo com o constituinte em nós que possui o maior controle e divindade: o entendimento.

Em decorrência das análises anteriores, o sétimo capítulo trata da “Felicidade”. A ideia central defendida é que a felicidade deve ser estabelecida como a melhor das coisas práticas, a que mais deve ser desejada. A maioria dos estudiosos concorda que o termo *eudaimonia* se aplica ao melhor bem, ao “mais alto de todos os bens práticos”, mas discordam quanto ao significado da palavra. Grande parte das pessoas acha que é prazer, outras que é honra (finalidade da vida política). Professor Reeve usa a felicidade em vez dessas alternativas, com base na definição nominal dada por Aristóteles para *eudaimonia*:

“o que, por si só, faz com que uma vida seja digna de escolha e carente de nada”. O autor reconhece que felicidade é uma tradução imperfeita, pois é possível uma vida ser merecedora de escolha sem ser feliz. Mas a vantagem de usar felicidade é justamente o fato de que ela ressalta a importância de um estado emocional favorável para a vida *eudaimon*, diferentemente de prazer e honra (mesmo assim, Aristóteles incorpora intencionalmente elementos dessas outras visões sobre ela). Embora a *eudaimonia* seja uma atividade, e não um estado emocional favorável, ela não seria *eudaimonia* se não envolvesse tal estado sendo a atividade dela. É necessário que aquilo que evoca esse estado emocional seja o melhor bem para um ser humano. Desse modo, sua vida tem seu prazer em si mesma.

Seguindo esta linha de interpretação apresenta-se o oitavo e último capítulo: “A vida mais feliz”. As pessoas chegam à sua própria concepção do bem – *eudaimonia* – a partir da própria vida. É vivendo de determinada maneira que adquirimos hábitos que moldam nossa concepção do que torna uma vida digna de escolha. Como a felicidade depende também de um estado emocional favorável, o que o evoca pode variar de uma pessoa para outra. Uma vida feliz não precisa ser bem-sucedida, ou perfeita, ou admirável. Uma vez que a vida *eudaimôn* aristotélica é agradável ou prazerosa por si mesma, ela é vista como alegre ou satisfatória.

A ação de acordo com o entendimento é a mais contínua, agradável e autossuficiente de que somos capazes, a única merecedora de escolha por si só. Por isso, a sabedoria teórica, sendo a virtude do entendimento, surge como a melhor virtude, e a atividade de acordo com ela como a felicidade completa. O fato de que a felicidade é completa e autossuficiente e, assim, maximamente merecedora de escolha, a coloca como melhor opção para ser o melhor bem.

Se a felicidade está no ápice da hierarquia télica, ela deve ser o alvo da ciência política, uma vez que esta prescreve quais das ciências devem existir nas cidades. Afinal, se o bem for o mesmo para um ser humano individual e para uma cidade, é mais nobre fazê-lo para a coletividade. Deve ser a educação em *philosophia* que leva à aquisição da sabedoria prática, cuja atividade é a felicidade. A ciência política e a filosofia são o que transforma a virtude habituada em virtude plena e sabedoria prática, proporcionando-lhes

o entendimento do fim que elas promovem: para aqueles que agem de acordo com a razão, o conhecimento de ciência política trará hábitos, *filosofia* e leis por meio dos quais as cidades se tornam virtuosas.

A felicidade consiste na finalidade de uma vida prática de acordo com a razão e com as virtudes de caráter. Um ser humano precisa de família, amigos e bens externos, que propiciam o estado favorável essencial à felicidade. Como a função de uma coisa está intimamente relacionada a seu fim, a função (*ergon*) humana é algum tipo de vida prática que obedece à razão e exerce o entendimento, tendo como consequente fim a felicidade.

A melhor vida humana, para Aristóteles, tem uma parte que consiste em atividades políticas práticas e uma parte que consiste em atividades contemplativas. As vidas política e contemplativa são fases distintas da mesma vida. Por ser Deus (*he noêsis noêseôs noêsis*) uma atividade de contemplação (ele é atividade do entendimento), contemplar a Deus é felicidade. Quanto mais da atividade de contemplação nossa vida contém, mais como a de Deus ela é em sua felicidade. A teologia é a ciência do próprio Deus. A sabedoria prática fará de nós mais felizes na medida em que nos proporcionar tanta teologização quanto pudermos tolerar, sem que o tédio ou o aborrecimento apareça. Pois a partir de um vislumbre lúcido do divino, a pessoa pode ver que todas as coisas possuem relação uma com a outra, sendo conjuntamente organizadas, já que todas são organizadas conjuntamente em relação a Deus.

Professor Reeve defende que a contemplação é a felicidade completa, mas a verdade em questões práticas deve ser discernida a partir das virtudes de caráter, uma vez que são apenas elas que tornam nosso alvo e nossas suposições sobre eles corretos. Argumenta que sem as virtudes de caráter, portanto, mesmo que de fato nos ocupássemos da contemplação de Deus, não poderíamos vê-la como aquilo que por si só faz que uma vida seja merecedora de escolha e carente de nada. O autor defende, então, que para os seres humanos é impossível ter sabedoria teórica sem ter também sabedoria prática e as virtudes de caráter, ideia esta que entra em contraste com David Charles<sup>2</sup>, que representa o que é a opinião majoritária. Outras atividades em que encontrássemos prazer e

---

<sup>2</sup> CHARLES, David. Aristotle and Modern Realism, in R. Heinaman (eEd.), *Aristotle and Moral Realism*, Boulder, Colorado, Westview, 1995, p. 159, n. 19.

satisfação muito maiores poderiam parecer candidatas bem mais fortes do que a contemplação. Poderíamos, então, facilmente descartar os argumentos de Aristóteles como sendo meramente palavras. É este o motivo de o filósofo grego insistir que a prova decisiva de que a contemplação seja a felicidade completa está na experimentação. Contemplar a Deus faz a vida merecedora de ser vivida e carente de nada. Podemos simplesmente *ver* que a contemplação a Deus é felicidade.

Como uma contemplação ativa desimpedida da melhor coisa, Deus é a própria felicidade. Quando contemplamos a Deus, portanto, e nosso entendimento se ocupa do entendimento ativo que ele é, também nosso entendimento é uma consciência reflexiva ativa que é inteiramente prazeroso, inteiramente e felizmente vivo.

Visto da perspectiva do sujeito que o experimenta, é um estado de consciência de um tipo bem conhecido nos escritos dos grandes nomes dentre os religiosos, em que tanto sujeito como objeto desaparecem em uma consciência que, no entanto, permanece inteiramente viva. Como David Bradshaw<sup>3</sup> argumenta, o cristianismo oriental entende o pensamento de Aristóteles em uma direção mais “mística”, conforme desenvolvido especialmente por São Dionísio Areopagita, São Máximo, São João de Damasco e São Gregório Palamas. Já Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino interpretam-no em uma direção mais “racionalista”, que é mais comum no Ocidente. Em algumas versões do cristianismo, a felicidade completa consiste na visão eterna de Deus, que é alcançável por quem tenha aceitado Cristo como seu salvador, pois todos têm em sua alma uma parcela de algo divino.

As obras de Aristóteles levam à conclusão de que nada exceto Deus poderia desempenhar esses papéis ontológicos e epistemológicos fundamentais. Reeve encerra sua exposição nos instigando a percorrer o caminho pelo qual os escritos de Aristóteles nos conduzem. Tendo feito análises abrangentes dos textos originais, o livro *Ação, Contemplação e Felicidade: um ensaio sobre Aristóteles* se torna uma leitura esclarecedora e essencial para quem desejar se aprofundar nos estudos sobre o antigo filósofo grego, em seu pleno contexto.

---

<sup>3</sup> BRADSHAW, David. *Aristotle East and West: Metaphysics and the Division of Christendom*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004, p. 153-277.